

Auditoria comprova superfaturamento na Saúde

ISABEL DE PAULA

BRASÍLIA — Auditoria da Secretaria Federal de Controle (SFC) do Ministério da Fazenda constatou que houve superfaturamento nos preços dos equipamentos de informática pedidos pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid) em seu convênio com o Ministério da Saúde. Os equipamentos não chegaram a ser comprados. O convênio, no valor de R\$ 198 mil, previa, entre outras despesas, a compra de um micro 486, de modelo ultrapassado, por R\$ 5.800, enquanto

produto similar mais moderno pode ser encontrado no mercado por R\$ 1.500 a R\$ 2 mil.

Os auditores da SFC em São Paulo recomendaram que o serviço prestado pelo Cebrid à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, denunciado pelo GLOBO, seja feito a partir de agora por uma autarquia por ser esta uma atividade típica do Estado.

Segundo a auditoria, realizada em 27 de agosto, os valores apresentados para os equipamentos estão muito além dos valores de mercado. Na previsão de gastos do Cebrid, uma impressora HP laser Jet III está co-

tada a R\$ 4.400. Na empresa Wellborn Brasil Informatic, do Rio, por exemplo, um equipamento a laser 5p — modelo mais evoluído — custa R\$ 1.500. Favorecido na liberação de verbas da Saúde, o Cebrid, chefiado pelo secretário nacional de Vigilância Sanitária, Elisaldo Carlini, recebeu R\$ 198 mil no dia 2 de junho e está prestes a receber mais R\$ 103.400 por um novo convênio com a Coordenação de Saúde Mental.

A Secretaria também determina que o Cebrid devolva aos cofres públicos recursos destinados irregularmente aos técnicos que pesquisam o consumo de

drogas. O convênio previa a utilização de cinco técnicos pelo prazo de seis meses. "Foram contratados somente quatro técnicos, e a verba prevista para o quinto técnico repartida entre os demais", diz o relatório encaminhado ontem ao Ministério da Saúde. O Cebrid alega que essa foi uma forma de compensar o atraso no pagamento, mas, segundo os auditores, o procedimento foi feito em desacordo com o convênio.

Entre as irregularidades constatadas está também a falta de extratos bancários e cópias dos cheques referentes às despesas com a pesquisa.